

ESCOLA INCLUSIVA E SUAS ESPECIFICIDADES NO CONTEXTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

Rodi Narciso¹

João Carlos Machado²

Helena Maria Ribeiro³

Renata Carvalho Durães Pena⁴

Resumo: A intenção deste estudo é demonstrar como é caracterizada a inclusão dentro dos espaços escolares e como tem se dado o aprendizado desta nova demanda, bem como as adaptações curriculares pertinentes e a formação dos sujeitos envolvidos. Nos ancoramos na seguinte questão de pesquisa: quais são as especificidades de uma escola inclusiva? Buscar-se-á apresentar fatores contribuintes da inclusão propriamente dita de acordo com a Lei. Para se alcançar o objetivo foi realizado uma pesquisa bibliográfica com grandes nomes da área como Filidoro (2001); Dorziat (2009) e MEC (2010), que trazem contribuições valiosíssimas para esta pesquisa. Constatou-se que a escolar inclusiva se encontra em pleno processo de expansão, necessitando de profissionais cada vez mais capacitados para lidar com essa diversidade. Diante disso constata-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido, no entanto, muito tem-se feito para oportunizar as crianças especiais condições de frequentarem de forma integral a escola regular.

Palavras-chave: Inclusão. Espaços Escolares. Adaptações. Formação. Sujeitos

- 1 Graduação em Pedagogia. Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional. Educação Especial. Gestão Escolar. Deficiência Visual. Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University - Flórida. E-mail: rodynarciso1974@gmail.com
- 2 Graduando em Pedagogia, pela Universidade Estadual do Mato Grosso - UNEMAT. E-mail: jcmachado06@hotmail.com
- 3 Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especializações: Docência na Educação Infantil pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Atendimento Educacional Especializado (AEE) pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University - Flórida. helenamaria236@outlook.com
- 4 Graduada em Comunicação Social pela Universidade do Triângulo (UNITRI) e Graduada em Letra Inglês e Português pela Universidade Campos Eliseos (UNIFIEO). Especializações: Jornalismo Científico pela Universidade de São Paulo (USP) e Jornalismo Internacional pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação pela Must University - Flórida. renata_duraes@yahoo.com.br

Abstract: The intention of this study is to demonstrate how inclusion is characterized within school spaces and how this new demand has been learned, as well as the relevant curricular adaptations and the training of the subjects involved. We anchor ourselves on the following research question: what are the specificities of an inclusive school? We will seek to present contributing factors to inclusion itself in accordance with the Law. To achieve the objective, a bibliographical research was carried out with big names in the area such as Filidoro (2001); Dorziat (2009) and MEC (2010), who bring extremely valuable contributions to this research. It was found that inclusive schools are in the midst of an expansion process, requiring increasingly qualified professionals to deal with this diversity. Given this, it appears that there is still a long way to go, however, much has been done to provide special needs children with the opportunity to fully attend regular school.

Keywords: Inclusion. School Spaces. Adaptations. Training. Subjects

Introdução

O trabalho em questão tem por tema principal as especificidades da escola inclusiva no contexto de ensino fundamental, e como se dá essa relação entre professor e aluno no contexto inclusivo.

Diante disso construiu-se questões que serviram de norte para a elaboração deste trabalho, dentre elas tem-se: Como esta escola inclusiva é caracterizada; e como ocorre o aprendizado no contexto inclusivo, de acordo com as adaptações realizadas tanto no espaço físico como no curricular?

Ao se falar em inclusão pressupõe-se o atendimento à todas as necessidades que venham surgir durante o processo educativo do aluno no ensino fundamental. Dentre elas a mais importante é o vínculo estabelecido entre o educador e o educando, pois este depende da confiança passada pelo seu educador para poder se sentir pertencente ao lugar e, conseqüentemente, se sentir a vontade para questionar e aprender.

De acordo com Dias et. al (2015) são necessárias algumas considerações no que tange as relações entre os diferentes tipos de alunos e a organização dos grupos escolares frente a este aluno significativamente diferente.

Isso, com certeza, remete a um desafio, pois historicamente, a formação dos professores na área da educação especial é voltada apenas ao

ensino de pessoas com deficiência, seguindo uma direção assistencialista (cuidador).

Nesta concepção, a aprendizagem se torna responsabilidade do aluno somente, uma vez que ele necessita desenvolver a suas potencialidades com base no seu diagnóstico, visando uma melhor “reabilitação”. Consequentemente o fracasso escolar deste vai decorrer a partir de questões individuais, uma vez que a escola perde totalmente sua função social.

Partindo deste pressuposto o objetivo primordial deste estudo é evidenciar a possibilidade de garantia de um ensino inclusivo, no âmbito do ensino fundamental, pautado na formação docente e na relação professor-aluno.

Para alcançar os objetivos propostos utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa de cunho bibliográfico, realizada a partir de leituras pormenorizadas de artigos disponíveis no meio eletrônico e publicações oficiais.

O texto final fundamentou-se nas concepções e ideias de autores renomados, como Filidoro (2001), Dias et. al.(2015), Dorziat (2009), MEC (2010), os quais enfatizam que sem as adaptações necessárias é impossível que o aluno especial tenha um aprendizado significativo e igualitário aos demais colegas. E que para que tanto, as Leis garantem essa possibilidade de adequação e respeito ao aluno diferente.

Escola: ambiente de inclusão ou exclusão social?

O tema inclusão veio para dissipar com os conceitos conservadores das escolas. Abordando de forma concisa, modelos e métodos seletivos de alunos que produziam inclusão e exclusão, definindo os alunos e as escolas como normais ou especiais.

Por sua vez, essa mudança provoca um abalo no próprio sistema educacional, pois a partir dessa proposta de inclusão, a qual veio com uma identidade específica, foram organizados os espaços, currículos, avaliações e promoções, e mudando a concepção de educação dos profissionais envolvidos.

O assunto em questão “inclusão” tem sido muito abordado nos últimos tempos, e este conceito ressurgue com força, à medida que, se repudia o ato de exclusão nas mais diferentes formas em nossa sociedade.

Já nas escolas, o processo de inclusão que hoje vivenciamos, o

próprio sistema buscou em primeiro momento, formas de responsabilizar a escola por não executar um trabalho de maneira adequada e até de certa forma excludente.

Portanto, com a complementação da educação através das novas políticas públicas voltadas para educação inclusiva demandada nos dias atuais, buscou-se a superação dessa dicotomia, suprimindo a distância entre o ensino regular e o especial, garantindo o direito de todos à escolarização de acordo com a Lei e de maneira que todos aprendam, respeitando suas necessidades e potencialidades.

Desse modo, pode-se visualizar a educação inclusiva, como uma oportunidade à propagação social de informações, a qual promove dentro do âmbito escolar, a interação dos diversos sujeitos a fim de criar e promover possibilidades de aprendizado a todas as diferenças, facilitando assim a caminhada para uma Escola Inclusiva.

Nesse primeiro passo para uma Escola Inclusiva, é de suma importância que haja um trabalho com toda equipe escolar, de conscientização sobre a necessidade dos alunos, bem como envolver as famílias e a comunidade, para que possam se conscientizar dessa nova missão, a fim de que todos aprendam a conviver e aceitar as diferenças na coletividade, dentro dos mesmos espaços escolares.

Quando se fala em necessidade dos alunos, não se pressupõe a necessidade individual de um aluno em especial, e sim, de maneira a atender todo e qualquer aluno que necessite de algum ajuste curricular dentro daquele contexto, podendo ser utilizado às adaptações para uma turma toda e para outra não.

Como afirma Filidoro (2001 p.112),

[...] as adaptações se referem a um contexto - e não me refiro à criança, mas ao particular ponto de encontro que ocorre dentro da aula em que convergem a criança, sua história, o professor, sua experiência, a instituição escolar com suas regras, o plano curricular, as regulamentações estaduais, as expectativas dos pais, entre outros, - então não é possível pensar em adaptações gerais para crianças em geral.

Contudo, para que haja uma educação inclusiva torna-se imprescindível que os profissionais da educação busquem aperfeiçoamento, uma vez que ao se abordar o tema “inclusão” dentro dos espaços escolares, facilmente tem se constatado a perplexidade e insegurança destes diante da teoria e da prática, sabendo que a escola exerce papel fundamental para

execução desse processo e formação do indivíduo.

Nesse sentido, a escola passou a desempenhar duplo papel frente a proposta de tornar a escola inclusiva: de um lado, os alunos com deficiência, e de outro, a escola não se preparou, para recebê-los, lembrando que, não por falta de tempo ou conhecimento das leis sobre os direitos humanos que já traziam toda garantia de direitos, além de que estas já vinham sendo veiculadas há muitos anos, seja em forma de diretrizes, leis ou declarações.

Vale ressaltar que na escola inclusiva, predomina o “ser diferente”, ou seja, são iguais pela diferença, podendo participar das atividades propostas ativamente segundo suas capacidades e potencialidades, garantindo assim o “direito a diferença”, sem ideias excludentes onde os denominam apenas como “especiais” e sem prática pedagógica alguma.

Formação docente dentro do contexto da escola inclusiva

A formação docente implica diretamente no atendimento ao aluno com necessidades especiais, uma vez que o profissional deve estar preparado para recebê-los e não esperar a chegada deles na escola para buscar conhecimento.

Essa formação deve estar amarrada no projeto pedagógico da instituição de ensino, demonstrando preocupação com o aprendizado contínuo dos professores e demais profissionais da educação, além da comunidade em geral, perpassando os muros escolares.

Cabe aos gestores da instituição escolar, estabelecer ações de modo a garantir essas formações a todos que estejam direta ou indiretamente envolvidos no atendimento educacional, podendo ser através de reuniões, palestras informativas ou cursos de capacitação e aperfeiçoamento, além de especialização aos que atendem na sala de AEE – Atendimento Educacional Especializado.

As reuniões e palestras podem e devem atender o maior número de pessoas da comunidade e autoridades educacionais, sendo esclarecedoras da real função do AEE, como está sendo realizado dentro da escola e quais leis o garante.

Já para capacitações específicas a professores, estas devem ser baseadas nos casos atendidos dentro da escola, tendo como base a ABC – Aprendizagem Baseada em Casos, não se esquecendo de valorizar os trabalhos realizados com projetos e ACR – Aprendizagem Colaborativa em

Rede a qual fortalece muito a interação e inserção de novas metodologias, estabelecendo buscas, compreensão e interpretação da informação pelo aluno e professor. A intenção dessa proposta é que o aluno cresça através do trabalho conjunto, podendo unir alunos de diferentes níveis num único propósito, a aprendizagem.

Segundo Panitz (1996),

Em todas as situações onde pessoas formam grupos, a Aprendizagem Colaborativa sugere uma maneira de lidar com as pessoas que respeita e destaca as habilidades e contribuições individuais de cada membro do grupo. Existe um compartilhamento de autoridade e a aceitação de responsabilidades entre os membros do grupo, nas ações do grupo. A premissa subjacente da aprendizagem colaborativa está baseada na construção de consenso por meio da cooperação entre os membros do grupo, contrapondo-se à ideia de competição, na qual alguns indivíduos são melhores que outros. (p. 1).

Essa nova concepção de aprendizado pode ser praticada em espaços educativos ou não educativos, fortalecendo a convivência entre grupos, além de que o aprendiz acaba por se tornar o centro de todo processo de aprendizado.

Escola inclusiva: algumas leis que a amparam.

Tendo como princípio norteador as recomendações contidas na Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990)⁵, na Declaração de Salamanca (1994)⁶ e nas Normas sobre Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (Organização das Nações Unidas, 1990)⁷, a concepção com relação ao atendimento dos alunos com necessidades educativas especiais sofre alterações em sua conceitualização. Sua evolução se baseia na criação de uma Escola Inclusiva, onde todos os alunos aprendam juntos, independentemente das dificuldades e diferenças que venham a apresentar.

Todavia, a Educação Inclusiva, prevista pelo Decreto-Lei 319/91 de 23 de agosto, traz, críticas e desafios colocados ao sistema escolar. Lima-Rodrigues (2007) apresenta a função e o papel da sociedade, a evolução tecnológica, assim como as novas concepções epistemológicas

5 <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>

6 <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

7 <http://www.inr.pt/uploads/docs/Edicoes/Cadernos/Caderno003.pdf>

e a multiculturalidade das sociedades atuais; tendo assim necessidade de reformulação do currículo desenvolvido nas escolas e o atendimento dentro de suas especificidades.

Com isso, o Sistema Educativo, em geral, assume a concepção do currículo como projeto, buscando perpassar a visão do currículo como um conjunto de normas a serem cumpridas, de modo supostamente homogêneo.

De acordo com Dorziat (2009), entende-se por Currículo Nacional um conjunto de aprendizagens e competências, que integram os conhecimentos, as capacidades, os valores e atitude a serem desenvolvidos ao longo do processo de ensino aprendizagem.

Em busca de uma escola para todos, a educação brasileira tem ousado em suas propostas e posicionamentos em relação ao que é garantido pela Constituição de 1988, a qual prescreve direito a educação e permanência na escola e respeito por parte dos educadores à todos os alunos. É a determinação e um forte compromisso com a qualidade da educação que se encontra implícito em todas as mudanças propostas pela política da educação especial.

Conclusão

Obviamente não é possível esgotar o tema nos elementos aqui apresentados, pois existem inúmeras peças primordiais que contribuem para o sucesso da educação inclusiva, e cada professor, bem como cada escola, possui diferentes prioridades e ações nessa direção.

A garantia de acesso a esse modelo de escola proporciona a construção de uma nova cultura de valorização das diferenças, revendo minuciosamente a escola nos aspectos organizacionais e metodológicos para que esta possa se tornar realmente um espaço de inclusão.

Do ponto de vista de escola inclusiva, o papel do professor, como instrumento orientador e participativo, exerce fundamental importância no momento de construção e efetivação do Projeto Pedagógico (PP) da escola, como prevê a Política Nacional de Educação Especial, pois este está diretamente ligado às necessidades que seus alunos apresentam no contexto de sala de aula.

Neste aspecto a educação especial, representada pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), enfatiza Igualdade e Diferença como

valores primordiais na condição de acolher. Estas por sua vez exigem objetivos em comum da parte de todos os sujeitos envolvidos a fim de tornar o ambiente educacional plenamente inclusivo.

Referências

DIAS, Mírian Ávila de Lima; ROSA, Simone da Conceição; ANDRADE, Patrícia Ferreira. Os professores e a educação inclusiva: identificação dos fatores necessários à sua implementação. São Paulo, 2015. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642015000300453&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: Junho de 2023.

DORZIAT, Ana. A inclusão nas escolas de 1º ciclo de ensino básico de Lisboa: algumas considerações. 2009. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382009000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: Julho de 2023.

FILIDORO, N.. Adaptações curriculares. In: Escritos da criança. n. 06, Porto Alegre: centro Lydia Coriat, 2001.

LIMA-RODRIGUES, L. (Coord.). *Percursos de Educação Inclusiva em Portugal*: dez estudos de caso. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 2007.

PANITZ, T. A definition of collaborative vs cooperative learning, 1996. Disponível em: <http://www.lgu.ac.uk/deliberations/collab.learning/panitz2.html> Acesso em: Julho de 2023.

ROPOLI, Edilene Aparecida. A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.